

Metrô enfrenta mais uma batalha

Companhia afirma que a proibição da Justiça para novos contratos de terceirização pode prejudicar a operação

JOSÉ ALBERTO/CEDOC

Depois de vencer as restrições do Tribunal de Contas da União (TCU), com explicações convincentes sobre os indícios de irregularidades levantados por aquela corte – o que impedia a liberação de verbas por parte do governo federal –, o Metrô tem mais uma batalha pela frente: convencer a Justiça de que pode parar de operar se for mantida a proibição de contratar funcionários terceirizados.

A proibição foi uma vitória obtida pelos funcionários concursados no dissídio coletivo mediado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Eles alegaram que os terceirizados têm salário superior – o que configuraria grave distorção. A intenção era conseguir a equiparação, mas o TRT não mexeu nos contratos em curso. A decisão diz que, para cada servidor terceirizado contratado com salário mais alto, de agora em diante, o Metrô tem de pagar multa de R\$ 10 mil, dinheiro este que irá para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Nem os concursados ficaram totalmente satisfeitos – pois desejavam que a medida

alcançasse os atuais contratos – nem o Metrô, que vê na terceirização o método mais rápido e eficiente para enfrentar o esperado crescimento da demanda, que ocorrerá com a conclusão da linha 3, ligando Ceilândia a Taguatinga. De olho neste horizonte, o Metrô entrou com recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST), pedindo a suspensão da cláusula, mas não obteve sucesso. Ontem, o presidente do TST, ministro Francisco Fausto, negou o pedido de efeito suspensivo.

PROBLEMAS – O diretor de operações do Metrô, Antônio Soares, diz que a empresa pode vir a sofrer problemas operacionais futuramente. "Por enquanto, a medida não afeta o usuário, e iremos cumprir a decisão judicial", assegura.

Os trens do Metrô transportam, diariamente, 50 mil pessoas. Segundo Soares, se a empresa não puder fazer contratações imediatas, no caso de aumento da demanda, será preciso abrir um novo concurso público. "O recurso é, justamente, para a empresa ter mais autonomia e poder au-



Funcionários terceirizados, segundo o Metrô, são treinados e testados antes da contratação

mentar o número de funcionários sem fazer concurso, em caso de necessidade", diz.

Kátia Martins, coordenadora de administração do Sindicato dos Metroviários, alega que o Metrô contrata

funcionários não especializados para exercer funções ariscadas, só para favorecer as empresas terceirizadas. O diretor de Operações rebate: "É uma informação equivocada". Segundo ele, todos os funcio-

nários passam por treinamento e são testados antes da contratação. A decisão tomada ontem pelo TST não é final. O Metrô ainda tem mais uma chance no julgamento do mérito do recurso.